

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO

CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
MARÇO/2021

Hospital Delphina Rinaldi Aziz

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DELPHINA RINALDI ABDEL AZIZ

(CNPJ 23.453.830/0022-02)

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Em Reais (R\$)				Demonstração dos Superávits do Exercício Findo em 31 de Dezembro 2020 e do Período de 01 de Abril a 31 de Dezembro 2019 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		34.640.742	18.644.032	Circulante		25.326.038	16.473.990
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.561.192	3.695.951	Fornecedores	7	15.767.535	11.591.930
Contas a receber	5	931.207	13.214.480	Obrigações trabalhistas	8	7.318.431	3.424.726
Estoques	6	6.745.637	1.530.691	Obrigações sociais	9	1.377.740	547.134
Adiantamento funcionários		122.007	-	Obrigações fiscais		733.986	608.442
Outros créditos		274.313	202.910	Outras contas a pagar		48.346	1.758
Depósito Judicial	11	6.386	-	Partes Relacionadas	10	80.000	300.000
Não Circulante		34.361	36.645	Não Circulante		6.173.802	1.563.221
Imobilizado - próprio		30.366	31.594	Partes Relacionadas	10	6.173.802	1.563.221
Intangível		3.995	5.051	Patrimônio Líquido		3.175.263	643.466
Total do Ativo		34.675.103	18.680.677	Patrimônio Social	12	666.671	-
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro 2020 e do Período de 01 de Abril a 31 de Dezembro 2019 - Em Reais (R\$)				Superávit do exercício / período		2.508.592	643.466
Descrição	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		34.675.103	18.680.677
Em 1º/04/2019	-	-	-	de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 24 de março de 2021. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. d) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. e) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de			
Superávit do período	-	643.464	643.464	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) do Exercício Findo em 31 de Dezembro 2020 e do Período de 01 de Abril a 31 de Dezembro 2019 - Em Reais (R\$)			
Em 31/12/2019	-	643.464	643.464	Fluxos de caixa de atividades operacionais		2020	Período de 01/04 a 31/12/2019
Incorporação ao Patrimônio Social	643.464	(643.464)	-	Superávit do exercício / período		2.508.592	643.466
Ajustes patrimoniais	23.207	-	23.207	Ajustes para reconciliar o resultado			
Superávit do exercício	-	2.508.592	2.508.592	Depreciação/amortizações		4.634	2.917
Em 31/12/2020	666.671	2.508.592	3.175.263	(=) Superávit ajustado		2.513.226	646.383
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31 de Dezembro 2020 e do Período de 01 de Abril a 31 de Dezembro 2019 - Em Reais (R\$)				Variações no circulante das contas de ativo e passivo		15.963.784	1.225.909
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é uma unidade hospitalar da rede estadual de Saúde, com atendimento 24 horas de urgência e emergência adulto e infantil, centro de diagnóstico e exames de alta complexidade. A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica, ambulatório de especialidades, exames de raios-x e ultrassom. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital passou também a ser o primeiro como referência para tratamento do COVID-19 no Estado do Amazonas, encerrando 2020 com o total de 140 leitos de UTI. Localizado na Avenida Torquato Tapajós, 9250, Colônia Terra Nova, 69.093-415, Manaus - AM. b) Contrato de Gestão: O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SUSAM, celebrando o 5º Termo Aditivo com validade até 30/09/2021. Em 2020, o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID-19, havendo complemento do atual contrato de gestão, onde foi acrescido ao valor do repasse mensal, recursos para suprir custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				Redução / (aumento) dos créditos - circulante		12.083.477	(13.417.390)
Âmbito				(Aumento) de estoques		(5.214.946)	(1.530.691)
Legislação				Aumento de fornecedores		4.175.605	11.591.930
Publicação				Aumento de obrigações trabalhistas		3.893.705	3.424.726
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970		Aumento de obrigações sociais		830.606	547.134
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969		Aumento de obrigações tributárias		125.543	608.442
Municipal	Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967		Aumento de outras obrigações		46.587	1.758
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde e aguarda manifestação do Ministério da Educação e Ministério da Cidadania. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:				Ajustes patrimoniais		23.207	-
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		18.477.010	1.872.292
				Atividades de investimentos		(2.350)	(39.562)
				Aquisição de imobilizado		(2.350)	(33.802)
				Aquisição de bens do intangível		-	(5.760)
				Atividades de financiamento		4.390.581	1.863.221
				Partes relacionadas		4.390.581	1.863.221
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa		22.865.241	3.695.951
				Variação em caixa e equivalentes de caixa			
				Saldo existente no início do exercício / período		3.695.951	-
				Saldo existente no final do exercício / período		26.561.192	3.695.951
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa		22.865.241	3.695.951
				competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. f) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. h) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações			

continuação

contábeis de 2020 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **i) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **j) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impactos da COVID-19 nas operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SUSAM, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimentos derivados da pandemia; (ii) Ainda, neste momento, nem a Entidade nem sua Administração conseguem mensurar fatores para prever ou estimar precisamente os impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura do Hospital, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica e de saúde mundial e representa novos riscos à Entidade, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios e, possivelmente, aumento expressivo de atendimentos emergenciais pelo Hospital. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação da COVID-19 no País. As operações do Hospital podem ser impactadas, em 2021, por nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais, e pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos, para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorece o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, concluiu que não haver necessidade de realizar provisões nessas demonstrações contábeis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2020	2019
Caixa	1.054	3.224
Banco conta movimento	-	1
Aplicações em CDB-custeio	26.560.138	3.692.726
	26.561.192	3.695.951

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas Receber:** O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019 - SUSAM, com a Secretaria da Saúde do Estado do Amazonas, celebrando o 5º Termo Aditivo com validade até 30/09/2021.

	2020	2019
Contrato de gestão número 001/2019 - SUSAM	931.207	13.214.480
	931.207	13.214.480

	2020	2019
6. Estoques		
Drogas e medicamentos	2.776.276	609.365
Dietas enterais e parenterais	55.829	58.815
Fios cirúrgicos	88.825	96.702
Materiais de uso do paciente	1.551.536	509.943
Materiais de laboratório	370.677	167.003
Demais materiais	1.902.494	88.863
	6.745.637	1.530.691

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

	2020	2019
7. Fornecedores		
Materiais e medicamentos	4.194.159	2.487.480
Serviços médicos	10.868.992	8.426.296
Serviços	693.795	678.154
Diversos	10.589	-
	15.767.535	11.591.930

	2020	2019
8. Obrigações Trabalhistas		
Obrigações com pessoal	3.432.792	1.654.281
Provisão de férias	3.597.820	1.639.304

Provisão FGTS s/férias	287.819	131.141
	7.318.431	3.424.726

	2020	2019
9. Obrigações Sociais		
INSS a recolher	373.841	163.232
FGTS a recolher	479.906	205.418
IRRF s/ folha a recolher	522.631	177.216
Contribuição Sindical a recolher	1.362	1.268
	1.377.740	547.134

10. Partes Relacionadas: O saldo a pagar em 2020, no passivo circulante R\$ 80.000 (R\$ 300.000 em 2019), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previstos em contrato de gestão. O contrato de gestão nº 001/2019/SUSAM, compreende a Administração do Complexo Hospitalar, considerando o Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz e a UPA 24 horas - Campo Salles. Os recursos obtidos para gestão destas unidades são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. Em 2020, o Hospital transacionou R\$ 6.173.802 (R\$ 1.563.121 em 2019) com a UPA 24 horas - Campos Salles. Para efeito de controle dos recursos de gestão, são elaboradas informações financeiras para prestação de contas ao Ente Público de forma consolidadas entre Hospital e UPA, onde os saldos das transações entre partes relacionadas são eliminados. **11. Provisão para Contingência e Depósitos Judiciais:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou não haver necessidade de constituição de provisão para fazer face a processos trabalhistas em curso. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

		Possível
	2020	2019
Trabalhista	5.000	-
	5.000	-

Em 2020, a Entidade possuía R\$ 6.386 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento, considerados pela Administração como suficientes. **12. Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. Em 2020, houve a descontinuidade de Hospitais e Centro de Serviços Compartilhados de mesma gestão, onde houve a incorporação dos valores rescisórios e encargos sociais de funcionários transferidos dessas unidades no montante de R\$ 23.207.

13. Despesas Gerais e Administrativas

	Período de 01/04 a 31/12/2019	
	2020	31/12/2019
Serviços de Gestão	(2.020.000)	(1.200.000)
Telefone	(135.707)	(57.733)
Água e esgoto	(530.430)	(18.088)
Manutenção e conservação	(35)	(281)
Viagens e hospedagens	(83.727)	(408.202)
Outros	(454.129)	(151.225)
	(3.224.028)	(1.835.529)

14. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2020	2019
Cota patronal	7.476.820	3.283.183
Terceiros	2.168.278	952.123
RAT/SAT	747.682	328.318
Autônomo	50	2.250
Total INSS	10.392.830	4.565.874
COFINS	4.522.019	1.783.955
Total COFINS	4.522.019	1.783.955

15. Cobertura de Seguros: Em 2020, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinis-

tros com bens e direitos. **16. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2020	2019
Aplicações em CDB - custeio	26.560.138	3.692.726
Contas a Receber	931.207	13.214.480
Total ativos financeiros	27.491.345	16.907.206
Fornecedores	15.767.535	11.591.930
Total passivos financeiros	15.767.535	11.591.930

17. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operação:** Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade. Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) riscos de recebimentos ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, o que pode levar ao desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxo de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2020, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. **18. Eventos Subsequentes: a) Nova onda de infecções e impactos da COVID-19 para 2021:** A Administração acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração acompanha o aumento das divulgações sobre contaminação, sobre elevação nos casos de mortes e nova implementação de restrições de circulação e atividades pelos Entes Governamentais, concluindo que os efeitos financeiros sobre estes impactos já são percebidos na atual operação, portanto não requerem novas provisões nessas demonstrações contábeis.

Manaus/AM, 24 de março de 2020.

José Luiz Gasparini
Diretor Executivo - CPF: 189.343.688-88
Zady Carvalho de Oliveira

Contadora - CRC - AM 010447/O-0

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz - Manaus - AM. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto. A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 23 de março de 2020, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e nova implementação de restrições de atividades e circulação, promovendo estrutura, de acordo com o contrato de gestão, para atendimento emergencial de demandas de saúde relacionadas à

COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedi-

mentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 24 de março de 2021.

Planners Auditores Independentes

CRC.SP. nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398

Heitor Piovam

Contador CRC 1SP 331.721/O-0

Auditor Independente - CNAI 6.199

Protocolo 39263



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Conheça e divulgue o sistema de consulta online